

## ENSAIOS

### **A ELITE DA CLASSE MÉDIA: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES**

### **THE MIDDLE-CLASS ELITE: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF DOMESTIC VIOLENCE AGAINST WOMEN**

ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS<sup>44</sup>

SILVANA MARIA BITENCOURT<sup>45</sup>

**RESUMO:** O texto discute como as mulheres da classe média ficam reféns da violência doméstica e familiar. Para elas, por diversos fatores sociais e econômicos acaba sendo difícil romper o relacionamento amoroso por diversos fatores sociais, mesmo vivendo o ciclo da violência doméstica e familiar. Pensou-se nas muitas opressões enfrentadas por essas mulheres da classe média, bem como na finalidade da Lei Maria da Penha. Utilizou-se da teoria das elites na perspectiva de análise das classes, frente à classe média. Analisando as formas de viver em sociedade pela classe média, foram detectadas as amarras pelas quais ficam restritas estas mulheres.

**PALAVRAS-CHAVE:** elite; mulheres; classe média; violência doméstica; teoria das elites.

**ABSTRACT:** The text discusses how middle-class women are held hostage to domestic and family violence. For them, due to various social and economic factors, it ends up being difficult to break the love relationship due to various social factors, even living the cycle of domestic and family violence. It was thought of the many oppressions faced by these middle-class women, as well as the purpose of the Maria da Penha Law. Elites theory was used from the perspective of analyzing classes in relation to the middle class. Analyzing the ways of living in society by the middle class, the ties to which these women are attached were detected.

**KEYWORDS:** elite; women; middle class; domestic violence; elite theory.

---

<sup>44</sup> Defensora Pública – Mato Grosso e mestrando em Sociologia pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

<sup>45</sup> Professora Associada I do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal do Mato Grosso ( Campus Cuiabá) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFMT. É Pós Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires (2019). Tem doutorado em Sociologia Política (2011) pela Universidade Federal de Santa Catarina Professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFMT,

## INTRODUÇÃO

O presente texto objetiva refletir sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres das classes médias. Nesse sentido, procura-se demonstrar como essa classe social, se encontra em situação diferenciada para romper os laços da violência doméstica e familiar.

Existem inúmeros aprisionamentos sociais, culturais, raciais, religiosos etc., que trazem para a mulher vítima de violência doméstica a dificuldade de 'sair do lugar comum', do casamento ou união estável, fazendo com que elas mantenham laços conjugais, mesmo onde não existe possibilidade de convivência saudável. Saffioti (2015) trata da desigualdade entre homem e mulher com a análise para além do natural:

A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência. O fato, porém, de não ser dada previamente ao estabelecimento da relação à diferencia da relação homem-mulher (SAFFIOTI, 2015, p. 75).

Pensar sociologicamente o que as faz refletir de forma distinta, é o propósito deste artigo, que faz parte das seguintes questões: Por que nas classes trabalhadoras seria mais fácil deixar o ciclo da violência doméstica? Onde se encontram os principais problemas que as faz ficar em relacionamentos tóxicos?

A teoria das elites (HOLLANDA, 2011) nos apresenta a forma de pensar na construção da sociedade, nas dominações, e os laços que as fazem hesitar, achando que podem mudar o curso de um relacionamento abusivo.

Muitas mulheres entendem que a construção do que é aceitável naturalmente, tal como a violência contra as mulheres, é situação natural e que devem continuar vivendo sob o mesmo teto, em busca de tentar uma mudança futura naquele relacionamento. Sendo que a aceitação da violência por parte das mulheres, muitas vezes, tem sido justificada a partir da naturalização do ser mulher no Ocidente. Naturalização, essa que comporta homens enquanto seres fortes e ativos e mulheres frágeis e passivas para lidar com a dinâmica das relações afetivo-sexuais, logo mulheres aguentaram o comportamento violento dos opressores, por que o ser mulher no Ocidente tem implicado atender a uma estrutura patriarcal e sexista (Martin, 2006).

É visto que a classe média se percebe como 'elite' superior à classe trabalhadora, vivendo em torno de aparências. As ilusões em ser e estar nos mesmos lugares que as classes altas ocorrem de diversas maneiras, sendo elas em torno dos filhos e filhas, bem como da representação social. Explorar indivíduos iludidos com uma falsa liberdade e poder é bastante fácil, ao se inflamar 'egos' que fazem dos seres humanos pessoas manipuláveis.

Será que as mulheres que se encontram na classe média, ou média alta, possuem alguma vantagem real em manter um relacionamento abusivo? Não estariam elas sofrendo em demasia por algo que poderia ser solucionado, antes que algo de mais grave acontecesse? Viver em 'prisões' de portas e janelas abertas tem sido realidade para essas mulheres, que muito se apreendem antes de tomar uma atitude mais reagente, capaz de romper com a problemática da violência doméstica e familiar vivida por elas.

A pergunta primordial que se perfaz: teriam as mulheres da classe média dificuldade em romper com relacionamentos agressivos por conta da representação social da família, deixando perdurar a violência doméstica e familiar?

## DESENVOLVIMENTO

O surgimento da Lei 11.340\2006 no Brasil, conhecida como Lei Maria da Penha, trouxe novos entendimentos e explicações sobre o contexto das mulheres no ambiente doméstico e familiar. Passou-se a pensar como elas, as mulheres, estariam vivendo e sendo vistas socialmente. Mesmo as pessoas com pouca compreensão sobre o tema emitiram opiniões. Por que insistir em relacionamentos abusivos? Essa violência acontece em maior escala nas classes trabalhadoras?

De início, muitas interpretações sobre essa lei a proteger pessoas vulneráveis – as mulheres –, foram possíveis. O que faz com que mulheres das classes média e alta se sintam menos à vontade para buscar narrar às respectivas violências e sair do relacionamento tóxico,<sup>46</sup> agressivo?

Foi-se percebendo que essas violências atingem a toda e qualquer mulher, não existindo, necessariamente, diferenciação de classes. Porém, as mulheres da classe média, por apresentarem maior proximidade e identificação com o ideal de feminilidade burguesa, sentem maior dificuldade em romper com os laços que as aprisionam em relações patriarcais (GONZALES 2020; LUGONES 2020).

Com o passar dos tempos, a burguesia adentra no espaço organizacional do Brasil, mas, diferentemente do que ocorreu na Europa, surgindo de outra forma. A burguesia europeia se perfaz em luta por espaço, desde o feudalismo. Em *terras brasílicas*, a burguesia surge como uma camada social a mostrar superioridade às classes operárias, de menor poder aquisitivo, fazendo o papel de opressora, pelo sistema capitalista. Saffioti (2013) alerta em *A mulher nas sociedades de classes – Mito e realidade*, que as mulheres são as primeiras marginalizadas do sistema produtivo construído pelos

---

<sup>46</sup> Compreendo que os relacionamentos tóxicos podem acontecer não somente em relacionamentos íntimos e de afeto, mas, em qualquer tipo de relação. Em relações amorosas possuem características de falta de entendimento entre o casal, abusos (físicos, emocionais, verbais ou financeiros) onde o respeito deixa de ser realidade.

prósperos membros da burguesia ascendente. Assim, em razão da inferiorização, acabavam se tornando a massa feminina do trabalho industrial.

Dentro desse viés, é inegável que o capitalismo acaba por tratar as mulheres a partir de diversas formas de discriminações explorando seus corpos/emoções e corroborando para produzir/reproduzir cotidianamente desigualdade de gênero e sexuais. Tomando como base a feminilidade burguesa pautada no casamento e na maternidade, logo no cuidado, algumas mulheres puderam sim ficar associadas ao ambiente doméstico e familiar, pois seus maridos eram provedores do sustento da família, sendo uma realidade que não correspondia as mulheres das classes desfavorecidas, especialmente a não brancas, que sempre precisavam trabalhar para sobreviver (CARNEIRO,2019).

Weber (2016) elaborou a sociologia compreensiva. A sociologia weberiana se volta a entender o sentido que o atribui à ação social. Segundo Weber, é importante compreender não apenas as instituições, mas o que o indivíduo pensa, o que o movimenta. Qual sentido ele atribui à sua ação. Por isso a sociologia weberiana não é voltada ao estudo das instituições, mas dos próprios indivíduos. Compreender o contexto da violência dentro dos lares e as suas amarras, é refletir sobre as mulheres e as diversas circunstâncias que as fazem pensar que a liberdade acaba indissociável de relacionamentos amorosos.

Gaetano Mosca (1975) denomina elite a classe onde ficam assente os governantes e os governados. Refletir sobre a sociedade capitalista, é entender que a desigualdade é a condição primeira. Onde sempre alguém deverá estar em vantagem, em detrimento de outrem. Para Mosca, a organização das elites dita que o poder é organizado para que determinados grupos e pessoas estejam sempre a comandar. Compreende o autor que o elitismo só aceita a democracia para alguns e com a devida permissão, de maneira que a substituição dos governantes só acontece dentro do interior dessa mesma elite.

Dentro da teoria das elites, a classe média é aquela que em nada pode estar em desvantagem em relação à classe dominante, ocupando a posição de 'concorrência', mas com todas as adversidades cingidas do lugar que ocupa. Jesse Souza (2019), in *A Elite do Atraso*, discorre de forma a compreender esse lugar: No Brasil, a classe média sempre foi, desde meados do século passado, a tropa de choque dos ricos e endinheirados. É preciso compreender, no entanto, como isso se tornou possível. Como é possível se apropriar dos desejos, ambiguidades e inseguranças da classe média para mantê-la servil, mesmo contra seus melhores interesses, e deixar as classes populares para a polícia truculenta?

Jessé Souza enfatiza que o domínio da elite sobre a classe média é simbólico, diferentemente das classes populares, onde a dominação acontece pela repressão e pela violência material. Esse entendimento vai ao encontro de Mirian Beccheri Cortez e Lídio de Souza (2013), que, através de estudo exploratório com mulheres vítimas de violência doméstica, concluíram

que denúncias maiores das mulheres pobres não significam que o delito não ocorra em segmentos de maior poder aquisitivo. Salientam os pesquisadores que nas classes onde o poder aquisitivo é maior, a violência doméstica acaba sendo tratada de outra forma, como: clínicas de repouso e assistências psicológicas e jurídicas. Concluíram, ainda, que a violência nessas camadas tende a ser ocultadas pelo ambiente hostil, com valores maiores de moral, imagem, *status* e reconhecimento dentro de um grupo seletivo.

Pelas elites onde existem dirigentes e dirigidos, a democracia não pode estar solidificada na ideia de que um é igual a um. Se sempre existem aqueles e aquelas a atuar em posição de vantagem, a democracia não é exercida fielmente como uma balança justa. Em entendendo que condições econômicas, sociais e culturais podem diferenciar pessoas, as classes sociais são altamente influenciadas pelas diversas elites existentes socialmente.

A exposição para a classe média é algo que se tenta evitar a todo custo. De outro lado, a família para a classe média é para ser cativada, mesmo que entre quatro paredes a realidade possa ser diversa. A classe média é bastante engessada, outrossim, por alguns aprisionamentos, dentre eles, a religiosidade. Manter uma família formada entre pai, mãe, filhos e filhas, ainda é sinônimo de 'viver bem'. Justamente nas classes mais abastadas é que as violências ocorrem mais de uma vez, ou variadas vezes, para que a mulher tenha coragem de mover o poder público em seu favor. Algumas mulheres vítimas de violência doméstica dessas classes, em grande parte, preferem o divórcio ou a dissolução de união de forma consensual, e sem a lavratura de boletim de ocorrências ou pedido de medidas protetivas de urgência presentes na Lei Maria da Penha, em nome da impossibilidade de exposição familiar.

Jesse Souza (2018) em *A Classe Média no Espelho*, apresenta a noção de família para a classe média, e a resposta do que é felicidade para essas pessoas:

“A vida ‘bem vivida’ deve ter o complemento de uma vida emocional e sentimental rica que é sempre, ou deve ser, única e intransferível. Em decorrência das revoluções protestante e expressiva, todos os indivíduos de todas as classes sociais vão definir o êxito ou o fracasso relativo de suas vidas com base não apenas no âmbito do trabalho, mas também no âmbito afetivo. Tanto quanto trabalho ganha relevo, assim, a família e os relacionamentos eróticos e afetivos. Hoje em dia se perguntarmos a qualquer um o que considera mais importante, a resposta mais provável será a felicidade no trabalho e na família. Mais uma vez: isso não caiu do céu nem foi inventado pelo ego inflado de ninguém. É o resultado de um aprendizado histórico, moral e social. E hoje nos domina a todos, tanto ou mais que as considerações acerca do dinheiro e poder” (p. 43).

Em mulheres mais abastadas, e, principalmente da classe média, é buscado o ideal de casamento. As dependências econômicas e emocionais

fazem parte desse nicho que as aprisiona no desenlace matrimonial. O olhar social sobre a família, como bem construída e duradoura apresenta enorme influência em se quebrar o malfadado ciclo da violência doméstica e familiar. Apesar de muitas mulheres terem conhecimento da Lei 11.340/2006, existem fatores intransponíveis, tais: dependência econômica, dependência emocional, religiosidade, e o patriarcalismo. A falta do trabalho digno e da família 'bem formada' para essa camada as faz pensar que vivem de maneira incompleta, não podendo receber o mesmo respeito e consideração daqueles e daquelas que os têm.

Clarissa Pinkola Estés (2014) discorre sobre os arquétipos de mulheres, afirmando que a mulher selvagem foi sufocada e mascarada no decorrer do tempo pela sociedade patriarcal. Sempre tentaram fazer do 'ser mulher' um ser domesticado, retirando, ou melhor, 'furtando' o que lhes é natural, para fazer surgir aquela que a tudo aceita, para agradar aos outros. Assim, existe um enorme temor em se libertar, por inúmeros sentidos. Seriam elas reconhecidas como difíceis? Estariam a representar aquelas que a tudo se queixam, as queixosas? Deixariam de serem as ternas e dóceis mulheres? Não seriam boas mães por absoluta falta de tempo? O que as faz ter tanto medo da verdadeira libertação?

Joan Scott (1991) ao tratar dos efeitos do capitalismo para as mulheres, adentra em terreno fértil de que a industrialização causou a separação entre o trabalho e o lar, trazendo para elas a problemática escolha entre o trabalho doméstico e o assalariado. Para ela, ficou evidenciado que o discurso masculino em detrimento do feminino trouxe a inferioridade mental das mulheres, partilhando aos homens a madeira e o metal, e, a elas a família e o tecido. Assim, essa foi uma das formas de divisão sexual do trabalho e da mão de obra no mercado de trabalho. Às mulheres o espaço sempre foi o de inferioridade, em termos de hierarquia profissional e salários.

As mulheres da classe média foram e são permissivas com a destruição dos seus próprios sonhos. Aceitam primeiramente fazer a vontade dos filhos e filhas, ou do companheiro, para depois, em sobrando tempo, realizar os próprios sonhos. Sufocam, realizando os desejos de todos e todas à sua volta, para somente em restando possibilidades, extravasar os seus desejos.

Quantas mulheres acabam por 'barganhar' as suas vontades? Sim, para que possa trabalhar ou estudar, primeiramente atendem aos reclamos dos que estão à volta. Como se fosse escambo, um pagamento. Elas fazem tudo em casa, deixam tudo perfeito, para que não ocorram reclamações de que estão se dedicando a outra coisa, que não as atividades domésticas. Primeiro, elas precisam cumprir com as 'obrigações' impostas naturalmente e, também, coercitivamente, para, somente após, realizarem outras atividades inerentes ao 'mister' doméstico.

Rita Laura Segato (2003) diz que os homens cobram tributo para garantir às mulheres a inclusão nos grupos. Afirma mais, que esse 'tributo' é como um símbolo da dominação, devendo ser 'pago' em atenção. E essa 'atenção' seria: afeto, controle sexual e serviços domésticos. O homem é enxergado

como homem, com 'H', se existem mulheres a lhes prestar alguma forma de serviço. A masculinidade fica colocada à prova se mulheres não se encontram ao redor desse ser humano a lhes prestar serventia.

Percebe-se que as estruturas que cercam todo esse circuito, trazem o 'aprisionamento feminino' mascarado da forma que elas devem ser e se portar, aliado ao 'mentiroso' carinho, cuidado, atenção etc. Elas ficam nas 'teias' familiares e nos relacionamentos, mesmo tendo a certeza de que estão corretas em buscar a verdadeira liberdade em ser, estar, agir e prosseguir.

Com a historicidade patriarcal, que faz das mulheres as grandes vítimas de sexismo, as palavras são impregnadas de situações e formatos de agir. O fato de muitas delas serem 'preparadas' desde a infância para o casamento, do ambiente doméstico e familiar ser o 'local' sempre mais apropriado para as mulheres, gerou e gera prejuízos visíveis. Nesse 'preparo' para o matrimônio, os 'bons modos' deveriam ser rigorosamente ensinados, porquanto, passavam a ser 'serviçais' de seus maridos ou companheiros, e jamais os deixar 'envergonhados' ou 'chateados' com a maneira de agir. Na ancestralidade, os homens podiam estudar a filosofia, por exemplo, enquanto esse direito a elas era vedado. Sim, a eles poderia ser proporcionado conhecimento. Havia um certo temor em ofertar conhecimento a elas.

Jessé Souza (2019) quando trata da denominação classe média afirma que essa não existe enquanto conceito genérico e homogêneo, porém sendo ela que monopoliza a reprodução do capital. O autor disserta que ao pensar em um passado escravista recente, é a classe média a capataz da elite, trazendo sofrimento àqueles e àquelas que seriam inferiores. Exercem privilégios e entendem como merecidos e inatos. Tendem, ainda, a imitar a classe endinheirada, como se sensíveis de bom gosto fossem, como forma de se mostrarem superiores às classes menos favorecida.

A meritocracia é bem visível na classe média, que entende suas conquistas como mais que merecidas, mesmo que essas tenham oprimido classes menos favorecidas. Os próprios filhos e filhas das classes médias, na lupa de Jessé Souza, costumam olhar para os filhos e filhas das classes popular e considerar que o sucesso é fruto de mérito individual, tão somente. E vai adiante:

Quando se fala no mundo do trabalho e no casamento e família como as duas instâncias fundamentais da vida de cada um, estamos apenas repetindo, com a linguagem da vida cotidiana, a centralidade dessa noção bipartida de virtude. Todos nós nos vemos como fracasso ou como sucesso dependendo do nosso desempenho diferencial nessas duas áreas. Isso significa que toda forma de autorreconhecimento e de reconhecimento social dos outros tem, necessariamente, a ver com essas duas fontes ocidentais da noção de virtude. Por conta disso, também, não existem centenas de formas diferentes de dotar a vida de sentido, como acreditam o liberalismo e os livros de autoajuda, mas apenas essas ideias criadas historicamente. Os valores que regem a nossa

vida são, portanto, sociais e compartilhados, nunca uma criação individual (SOUZA, 2019, p. 159).

Dentro do nicho de violência doméstica e familiar contra as mulheres, aquelas que ocupam lugar na classe média encontram maior dificuldade de sair das teias da violência doméstica justamente pelo local ocupado socialmente. Deixar esse lugar é pensar que os filhos e filhas estariam em sofrimento atroz com o desfazimento do laço matrimonial, é pensar que não seriam recepcionadas socialmente como dantes, é romper com a moralidade e a família vista como normal ou esperada. Lourdes Maria Bandeira (2019), *in Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação*, assevera que a ideia de violência contra a mulher está ligada aos significados atribuídos em relação aos homens e mulheres, à masculinidade e à feminilidade. Afirma que no universo familiar as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas. Quem subjuga e quem é subjugado pode receber marcas de raça, idade, classe, dentre outras, trazendo mudanças no tratamento dentro do contexto familiar. E ela vai além:

Por outro lado, as pesquisas informam que, entre alguns dos motivos que dificultam o rompimento da relação violenta, estão atos e sentimentos apreendidos socio culturalmente, como: a esperança do agressor mudar de comportamento, o medo de represálias e de novas agressões, o medo de perder a guarda dos filhos, a censura da família e da comunidade, a dependência afetiva e econômica etc. (BANDEIRA, 2019, p.305).

A história das mulheres vista socialmente, como bem demonstra Maria Odila Leite da Silva Dias, reflete no projeto social das elites dominantes, uma vez que a dominação é impregnada pela ideologia normativa e institucionalizante. As mulheres acumulam papéis femininos em diferentes culturas, documentando indefinidamente as diferenças. E assim fica visível nas atitudes e estereótipos de dominação cultural. Para ela:

O sentido de inovação da teoria feminista reside no desbravamento do cotidiano, na perspectiva histórica, pois o acumular de conhecimentos específicos sobre a experiência concreta das mulheres em sociedades caracterizadas, como a nossa, pelo convívio de diferentes etnias e com grande desigualdade de renda acaba por se contrapor aos valores culturais de dominação por força da necessidade vital de improvisar estratégias de sobrevivência. A crítica da racionalidade, do sujeito universal do conhecimento e a descoberta do cotidiano como tema das ciências humanas parte, pode-se dizer, de uma multiplicidade de vertentes críticas renovadoras do conhecimento. Todas elas têm indiretamente uma participação crucial na formulação de uma hermenêutica feminista das diferenças e da multiplicidade de temporalidades que coexistem no mundo atual sempre que nos voltamos para papéis femininos na sociedade

brasileira contemporânea ou para questões candentes como a dos direitos reprodutivos (DIAS, 2019, p. 366).

Apesar de a classe média entender ser 'superior' às camadas reconhecidas por ela como inferiores, as próprias masmorras internas acabam trazendo situações que as fazem vítimas das próprias escolhas. Repensar sobre o papel das classes para cada indivíduo é conhecer que a verdadeira liberdade não faz parte do contexto histórico e individual de todos os seres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível perceber que não basta o ordenamento jurídico trazer a proteção integral às mulheres, com a Lei Maria da Penha e demais disposições. A qualquer momento qualquer mulher, independentemente de classe social, poderá ser vítima de violência doméstica. Apesar de a Lei Maria da Penha se constituir em um arcabouço jurídico com a finalidade de prevenir, punir e erradicar a violência doméstica e familiar, as mulheres enfrentam situações intrínsecas que as faz relevar ou repensar em buscar o poder público ao sofrerem a violência dentro de casa.

Pensando nos recortes de classe, a classe média é aquela que necessita de apresentação social e aparência, trazendo para as mulheres certa dificuldade de rompimento de relações amorosas, ainda que violentas. Percebe-se que a autoimagem é formada, primordialmente na classe média, da forma como os outros e outras a percebem.

Na classe trabalhadora, as mulheres sobrevivem, muitas vezes, com parcas condições financeiras, onde manter um relacionamento íntimo e de afeto em nada mudará as situações em que vivem. Para as mulheres da classe média e média alta é sopesada a situação em se aturar a violência doméstica e familiar, inclusive, como tentativa de tentar mudar as atitudes dos homens que as agredem. Espera-se algo. Existe esperança.

Ao responder o questionamento exordial da introdução, o sentido de vida feliz para a classe média é um bom trabalho que nutra as necessidades básicas e um pouco mais, e, ainda, um relacionamento amoroso formado por família tradicional. Logo, como são as mulheres a parte oprimida dentro do relacionamento íntimo e afetivo, acabam por suportar as variadas agressões dentro do contexto familiar, ainda que não estejam vivendo em lar saudável.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Angela Arruda, et al; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

**BRASIL**. Planalto Federal. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a

Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, 7 de agosto de 2006.

BECCHERI-CORTES, Mirian; SOUZA, Lídio de. Mujeres de classe média, relaciones de género y violencia conyugal: um estudo exploratório. **Rev. Gerenc. Polit. Salud**, Bogotá (Colombia), 12 (24): 34-53, enero-junio de 2013.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**: contribuições do feminismo negro. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Angela Arruda, et al; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Angela Arruda, et al; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos**: mitos e histórias do arquétipo da Mulher Selvagem. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. 3ª Impressão. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: Holanda, H. B.(Org.). **Pensamento Feminista hoje. Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020, p.53-83.

MARTIN, Emily. **A mulher no corpo**. Uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MOSCA, Gaetano. **La classe politica**. Roma-Bari: Laterza, 1975.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCOTT, Joan. *La Travailleuse*. Organização G. Duby e M. Perrot. Paris: Plon, 1991.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos**. Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5ª Ed. Organização e introdução H.H. Gerth e C. Wright Mills. Rio de Janeiro: LTC, 2016.